

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL 01.2026

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGOS: 308 – PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, 311 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS, 312 – PROFESSOR DE HISTÓRIA, 313 – PROFESSOR DE ARTE 314 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA, 315 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 316 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINO FUNDAMENTAL I) E 318 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EUAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A afirmação que consta no poema é que viver cada segundo como se fosse o último “é divino”, mas não que nos aproxima ou afasta do divino. Sendo o gabarito uma afirmação totalmente precisa quanto ao conteúdo do texto, não há motivo para anulação.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 3

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A frase do poema não pode ser entendida isoladamente e o contexto do restante aponta para o fato de que “o amor de quem se ama” está relacionado ao amor entre duas pessoas, portanto, o pronome “se” é reflexivo recíproco. Quanto ao fato de o verbo estar no singular, é uma estrutura prevista também para o caso em que “se” é reflexivo recíproco, por exemplo, quando se diz “a gente se ama”.

Quanto ao contexto, fica claro que assumir que “se” é reflexivo apenas e que o sentido é que a pessoa ama a si mesma não faz sentido com o restante do poema:

Que a tristeza te convença
Que a saudade não compensa
E que a ausência não dá paz
E o verdadeiro amor de quem se ama
Tece a mesma antiga trama
Que não se desfaz

O poema começa falando sobre saudade e ausência, seria estranho assumir que alguém possa se ausentar de si mesmo e, assim, sentir saudades. No último verso, aponta-se para uma “trama que não se desfaz”, essa trama seria tecida pelo amor “de quem se ama”. Ora, por que alguém precisaria de uma trama para se ligar a si mesmo? E qual a relevância de ela não se romper no caso de estarmos falando de amor próprio? Tendo em vista o poema como um todo, fica claro que o tema central é o amor entre duas pessoas e a importância de estar junto a essa pessoa aproveitando cada segundo “como nunca mais”. Sendo assim, o pronome é reflexivo recíproco nesse contexto.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 4

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. Ainda que outras opções sintáticas pudessem também ser adequadas, a questão poderia ser plenamente respondida considerando o uso do artigo “o”, que obrigaria o uso de “porquê”. Além disso, “porque” junto não pode ser uma opção para a primeira lacuna porque não há uma explicação direta na estrutura sintática, mas sim a referência a uma falta de explicação, o que exige o uso de “por que” já que essa expressão pode ser substituída por “o motivo de”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme previsão editalícia, especialmente com fundamento na LDBEN.

O candidato alega que a alternativa “C”, única correta, esteja incompleta, contudo, tal alegação não se sustenta, visto que, embora o texto esteja condensado, não há ocorrência de perda de sentido geral no contexto, muito menos prejuízo para o candidato.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 10

O recurso é improcedente, pois houve uma inferência realizada pelo impetrante, ou seja, que se deveria categorizar os grupos por habilidades de caráter homogêneo, formando-se assim grupos com mesmo nível de status acadêmico, quando a premissa seria: para não haver a categorização por status acadêmico, o docente deveria formar grupos pautados nas distintas habilidades dos participantes, formando destarte grupos heterogêneos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 13

O recurso é improcedente, pois o trecho foi extraído da obra constante no edital “Pedagogia da Autonomia”: “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFIOS

308 – PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” é a única correta porque atende ao comando da questão, visto que o narrador-personagem, por fazer parte da história, conhece melhor os fatos narrados.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

311 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo:

Alternativa “A”: Al_2O_3 – incorreta, porque o óxido de alumínio ou alumina apresenta caráter intermediário devido à diferença de eletronegatividade entre o alumínio e o oxigênio, fazendo com que a ligação apresente caráter covalente parcial.

Alternativa “B”: MgCl_2 – única correta, pois o cloreto de magnésio apresenta ligação iônica já que apresenta transferência total de elétrons entre metal (Mg) e o ametal ou halogênio (Cl).

Alternativa “C”: LiO – incorreta, porque a fórmula correta é Li_2O .

Alternativa “D”: NaF_2 – incorreta, porque não existe em condições normais na natureza. A fórmula correta é NaF .

Referências:

Brady e Senese – Química: A Matéria e suas Transformações.

Feltre – Química.

Feltre e Setsuo – Química Geral.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

312 – PROFESSOR DE HISTÓRIA

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois o recurso solicita a alteração do gabarito da alternativa “A” para a alternativa “C” ou, alternativamente, a anulação da questão, contudo, não há elementos que justifiquem qualquer dessas medidas.

A alteração de gabarito pressupõe a demonstração de que a resposta originalmente indicada não encontra sustentação na questão ou de que outra alternativa apresenta resposta inequivocamente adequada ao comando. Já a anulação requer a identificação de vício objetivo capaz de comprometer a resolução do item, como erro material relevante, ausência de alternativa correta, existência de mais de uma resposta inequivocamente correta ou incompatibilidade entre o comando e as alternativas. Nenhuma dessas situações foi identificada.

A questão utiliza fonte primária referente às relações escravistas no Brasil no final do século XIX e exige do candidato não apenas a compreensão literal do documento, mas sua análise histórica. A fonte permite observar, simultaneamente, a existência do poder senhorial e a atuação da pessoa escravizada em processos de negociação e construção de espaços de autonomia.

A alternativa “A” contempla justamente essa relação, ao evidenciar o tensionamento entre o poder senhorial e a atuação da pessoa escravizada. O documento demonstra que a escravizada participou ativamente da negociação de sua condição, inclusive ao mobilizar argumentos relativos aos proprietários envolvidos – evadir-se para outra casa e recusar-se a cumprir com a alforria condicional. Isso não elimina a coerção própria da sociedade escravista, mas evidencia que as relações de dominação também comportam estratégias de negociação e resistência.

A alternativa “C”, embora reconheça a existência do controle senhorial, privilegia exclusivamente essa dimensão e não contempla integralmente a atuação da pessoa escravizada evidenciada pela fonte. Nela, a questão central é um poder senhorial não contestável, o que, na prática, para além da historiografia, à luz da análise documental, não se sustenta. Por essa razão, não se mostra a alternativa C equivalente à alternativa A como resposta ao comando da questão.

Não se trata, portanto, de mera preferência da banca por determinada interpretação historiográfica, mas da análise da relação entre a fonte, o comando e as alternativas. A alternativa “A” apresenta correspondência mais adequada com o conjunto dos elementos mobilizados pelo item.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

314 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois a terceira proposição está relacionada ao fenômeno da juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracterizado pela crescente presença de jovens e adolescentes nessa modalidade de ensino e pelas mudanças decorrentes desse processo no cotidiano escolar e nas relações estabelecidas entre os sujeitos.

A afirmação constante da questão corresponde à formulação apresentada por Brunel, segundo a qual “o número de jovens e adolescentes nesta modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos que ocupam este espaço”. A literatura acadêmica sobre a juvenilização da EJA utiliza essa formulação para caracterizar o fenômeno.

Os dados relativos à redução do número total de matrículas na EJA não tornam a assertiva falsa. A evolução do número global de matrículas na modalidade não se confunde com a crescente participação de jovens e adolescentes em sua composição. Há estudos baseados em dados do Inep que registram, inclusive, redução das matrículas totais da EJA concomitantemente ao aumento proporcional da participação de estudantes jovens.

Dessa forma, o argumento apresentado no recurso parte de uma interpretação equivocada da assertiva ao equiparar a evolução das matrículas totais da EJA à presença de jovens e adolescentes na modalidade.

A referida questão está em conformidade com o disposto na literatura “BRUNEL, C. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos”, listada na bibliografia do edital do certame.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois causa estranheza o candidato afirmar que “a questão induz o candidato ao erro e penaliza aqueles que dominam a literatura moderna sobre o tema” e, para sustentar essa alegação, recorrer a Schoenfeld (1985) e Pozo (1998), obras anteriores à própria referência que fundamenta a questão, Ponte, Brocardo e Oliveira (2003), expressamente indicada na bibliografia sugerida no edital. Além disso, os autores citados no recurso não integram a bibliografia apresentada para o cargo.

No presente caso, a questão encontra respaldo direto em PONTE, J. P.; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. Investigações matemáticas na sala de aula. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Na abordagem dos autores, a distinção entre problemas e investigações está relacionada ao grau de abertura das situações: nos problemas, o enunciado indica claramente o que é dado e o que é pedido, enquanto as investigações apresentam maior abertura. Portanto, a alternativa C reproduz corretamente a caracterização adotada no referencial que fundamenta a questão.

As alternativas “A”, “B” e “D” apresentam, respectivamente, uma atribuição incorreta da característica de problema à investigação, uma descrição própria das situações investigativas e uma caracterização de exercício, não constituindo respostas corretas.

A existência de outras concepções acerca de problemas matemáticos, inclusive aquelas que admitem diferentes graus de abertura, não demonstra que a alternativa “C” esteja incorreta segundo o referencial adotado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

315 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de DARIDO, S. C. O Contexto da Educação Física Escolar. In: Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p.12 a 17. Esta obra consta no edital como bibliografia indicada para este certame. Além das características já descritas, Darido complementa que os jogos cooperativos apresentam uma força transformadora, são divertidos para todos, e todos têm um sentimento de vitória, criando alto nível de aceitação mútua. Já a abordagem construtivista apresenta outras características: a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, em uma relação que vai além do simples exercício de ensinar e aprender.

O conhecimento é uma ação que implica esquemas de assimilação e acomodação num processo de constante reorganização, ou seja, considerar o conhecimento que a criança já possui, independentemente da situação formal de ensino. Sobre a abordagem pedagógica, escreve a autora: *“Atualmente é possível identificar novas formas de organização do pensamento pedagógico da Educação Física escolar, com número razoável de interlocutores e publicações. Desta forma, resolvi complementar as abordagens discutidas anteriormente. Inclui a análise das seguintes tendências: psicomotricidade, baseada nos jogos cooperativos, cultural, crítico-emancipatória, saúde renovada e baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998)”*. Portanto, o autor considera como abordagem pedagógica. Mantida a alternativa D.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de CORREIA, Marcos Miranda. Trabalhando com jogos cooperativos: em busca de novos paradigmas na educação física. 1. ed. Campinas: Papirus, 2013. p 58. O princípio da multiplicidade diz respeito à presença de muitas coisas diferentes ou diversas ao mesmo tempo. Aplicando um pouco mais na educação física a multiplicidade significa ir muito além nas práticas corporais, com diversas possibilidades. Analisando o enunciado, fica clara a intencionalidade de não eliminar. Houve, portanto, a alteração de uma regra: não eliminar. E aqui reside a principal característica dos jogos cooperativos: a não exclusão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. Compreendendo o desenvolvimento motor. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. p. 30 a 33. Vamos à análise da proposição que o candidato contesta, apoiando-se na literatura e texto descrito por Gallahue.

O domínio psicomotor envolve todas as mudanças físicas e fisiológicas ocorridas ao longo da vida. VERDADEIRO. Escreve o autor: *“O domínio psicomotor inclui os processos de mudança, estabilização e regressão na estrutura física e no fundamento neuromuscular. No domínio psicomotor, o movimento é resultado de processos mediados cognitivamente em centros superiores do cérebro (córtex cerebral), de atividades reflexas nos centros inferiores do cérebro ou de respostas automáticas no sistema nervoso central. O domínio psicomotor envolve todas as mudanças físicas e fisiológicas ocorridas ao longo da vida”* e sobre este tema ele dedica, a posteriori, todo um tópico.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de Badaró, L. F., Braga da Silva, N., Machado de Oliveira, V., Iglesias Menegaldo, P. H., & Souza, J. (2023). "Abordando" los enfoques de la Educación Física escolar brasileña: un análisis reflexivo ("Addressing" the approaches of Brazilian school Physical Education: a reflective analysis). Retos, 47, 463-473. Este importante artigo traduz abordagens, revisando a produção teórica da educação física no Brasil. Esta pesquisa envolveu mais de 70 obras e autores referenciados. A proposição da questão é baseada em uma visão relacional. O enunciado deixa claro e contextualiza a intencionalidade, portanto, diante das características das diferentes abordagens e autores é possível chegar à alternativa correta. Reforço que o trabalho não é específico e sim uma profunda pesquisa do que se produz no país.

A abordagem construtivista apresenta outras características: a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, em uma relação que vai além do simples exercício de ensinar e aprender. O conhecimento é uma ação que implica esquemas de assimilação e acomodação num processo de constante reorganização, ou seja, considerar o conhecimento que a criança já possui, independentemente da situação formal de ensino. A ação corporal ganha um papel central no processo de aprendizagem. O como se movimentar não tem relação com a mecanização e sim, com a cultura corporal, no caso.

Com relação à abordagem desenvolvimentista, pleiteada pelo candidato, Darido afirma que a separação aprendizagem do movimento e aprendizagem através do movimento é apenas possível a nível do conceito e não do fenômeno, porque a melhor capacidade de controlar o movimento facilita a exploração de si mesmo. Além disso, a proposta desta abordagem em uma aula de educação física deve privilegiar a aprendizagem do movimento, embora possam estar ocorrendo outras aprendizagens em decorrência da prática das habilidades motoras. Isso corrobora com Tani e com os autores do artigo que apontam a ênfase nos processos de ensino-aprendizagem do "como" movimentar-se na abordagem desenvolvimentista.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

316 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINO FUNDAMENTAL I)

QUESTÃO 16

O recurso é improcedente, pois o artigo 4º do Decreto n.º 12.191/2024 apresenta, entre outras, as dimensões relacionadas à institucionalização e implementação da política de alfabetização, à formação de professores e gestores e à distribuição de materiais didáticos complementares, correspondentes às alternativas “A”, “B” e “C”.

As alternativas “A”, “B” e “C” estão corretas e correspondem “ipsis litteris” às dimensões expressamente previstas nos incisos do artigo 4º do Decreto n.º 12.191/2024.

A expressão “entre outras” não torna correta a alternativa “D”, pois esta afirma, especificamente, que a avaliação dos resultados da aprendizagem dos estudantes constitui dimensão específica e obrigatória para a organização do Selo Alfabetização, o que não está estabelecido no referido dispositivo.

Assim, a alternativa “D” é a única que não corresponde às dimensões expressamente previstas no artigo 4º, atendendo ao comando “EXCETO”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois o enunciado delimita de forma suficiente o instrumento de avaliação ao mencionar a “avaliação estadual anual” realizada pelas redes municipais e estaduais de ensino, integradas em sistemas estaduais de avaliação, descrição que corresponde “ipsis litteris” ao inciso III do artigo 30 do Decreto n.º 11.556/2023.

O referido inciso estabelece que essa avaliação é de “língua portuguesa e matemática”, exatamente como consta na alternativa “A”.

Assim, não há mais de uma associação possível, pois os demais instrumentos previstos no artigo 30 possuem características distintas das apresentadas no enunciado. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois a proposição III está de acordo com o texto de Jussara Hoffmann (p. 68), que estabelece como linha norteadora da avaliação mediadora o “privilegio a tarefas intermediárias e sucessivas em todos os graus de ensino, descaracterizadas de funções de registro periódico por questões burocráticas”. A própria autora esclarece que não defende a inexistência dos registros escolares, mas alerta para a subordinação do processo avaliativo a exigências burocráticas.

Portanto, a proposição não afirma a eliminação dos registros pedagógicos, como interpretado no recurso, mas reproduz a concepção apresentada pela autora.

Ressalta-se, ainda, que a proposição II está incorreta, pois o texto de Hoffmann estabelece o compromisso do educador com uma postura epistemológica que privilegie “o entendimento e não a memorização”, e não a “fixação dos conteúdos”, como apresentado na questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente. De acordo com Macedo, p. 23:

Na lógica da exclusão ou da classe, o referente é externo (isto é, independente dos objetos que são por ele classificados), único (mesmo podendo integrar várias qualidades ao mesmo tempo) e sucessivo (podemos classificar um objeto de infinitas formas, mas em “tempos” ou “espaços” diferentes). Na lógica da inclusão ou da relação, o referente, que compreende ou dá sentido a ela, é interno, é o que faz a mediação entre um e outro termo e, nesse sentido, está entre eles, sendo, por isso, múltiplo e simultâneo (podemos nos relacionar no mesmo espaço e tempo de muitas e muitas formas).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a alternativa “B” está de acordo com os PCN de História, ao estabelecer a articulação entre a ação do indivíduo, sua realidade local e cultural, a sociedade nacional e o mundo.

Já a alternativa “D”, embora trate da relação entre diferentes contextos, restringe essa articulação à abordagem dos conteúdos históricos, não expressando o princípio de integração entre o particular e o geral conforme proposto pelos PCN. Ademais, essa redação condiciona a relação entre o local e o global a momentos específicos da matéria. Para os PCN, no entanto, essa articulação entre o individual, o local e o mundo é um princípio permanente de todo o ensino de História, e não algo eventual.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

318 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

QUESTÃO 19

O recurso é improcedente, pois, ao que parece, o candidato se equivocou quando da conferência do gabarito oficial publicado, que segue abaixo para cotejo.

318 – Professor de Educação Básica Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 5º Ano (para ministrar aulas nas comunidades tradicionais em classe multisseriadas)																													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	C	A	C	D	C	D	B	B	C	D	A	D	B	A	B	D	C	B	C	A	D	D	B	C	A	D	C	B

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social